

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto

Aplicação Agosto/2002

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Suponha um contrato de concessão de um serviço público, sujeito ao regime geral da Lei nº 8.987/95, tendo como poder concedente um Estado e como concessionária uma empresa privada. Caso, para a execução desse contrato, seja necessário que se realize uma desapropriação, quem tem competência para expedir a declaração expropriatória é
 - a) a concessionária ou o Estado, conforme previsto no contrato, tendo o Estado competência exclusiva para promover a desapropriação.
 - b) o Estado, exclusivamente, o qual também tem competência exclusiva para promover a desapropriação.
 - c) o Estado, exclusivamente, tendo a concessionária competência para promover a desapropriação, desde que previsto no contrato.
 - d) a concessionária ou o Estado, conforme previsto no contrato, devendo o contrato definir quem terá competência para promover a desapropriação.
 - e) a concessionária, exclusivamente, a qual também tem competência exclusiva para promover a desapropriação.

2. Uma autarquia federal, qualificada como agência executiva, passa a ter como um ponto diferencial de seu regime jurídico
 - a) ter reduzida sua autonomia de gestão, passando a vincular-se hierarquicamente ao Ministério supervisor.
 - b) possuir personalidade jurídica de direito privado.
 - c) não se submeter à fiscalização financeira e orçamentária do Tribunal de Contas da União, mas apenas a fiscalização direta do Congresso Nacional.
 - d) poder contratar compras, obras e serviços, com dispensa de licitação, em valores que representem até o dobro do limite de dispensa previsto na Lei nº 8.666/93.
 - e) estar dispensada da celebração de contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor.

3. Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica,
 - a) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.
 - b) não está sujeita à falência.
 - c) submete-se ao mesmo regime jurídico trabalhista das pessoas jurídicas de direito público.
 - d) pode ser instituída por decisão do poder Executivo, independentemente de lei.
 - e) submete-se ao mesmo regime jurídico tributário das empresas privadas.

4. De acordo com a Constituição Federal, configura hipótese de atuação do poder normativo do Poder Executivo, por decreto, independentemente de lei, a
 - a) criação de Ministérios.
 - b) extinção de cargos públicos vagos.
 - c) criação de cargos públicos.
 - d) fixação dos efetivos das Forças Armadas.
 - e) definição da organização administrativa dos Territórios.

5. Para a contratação de remanescente de uma obra, em conseqüência de rescisão contratual, a Administração
 - a) estará em face hipótese de dispensa de licitação, estando livre para escolher a empresa a ser contratada, desde que apresente a razão da escolha e justificativa do preço.
 - b) terá de realizar nova licitação, na modalidade correspondente ao valor da obra integral.

- c) terá de realizar nova licitação, na modalidade correspondente ao valor do remanescente da obra.
- d) estará em face de hipótese de dispensa de licitação, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- e) estará em face de hipótese de inexigibilidade de licitação, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

6. a Lei nº 4.717/65 classifica os vícios dos atos administrativos conforme as alternativas abaixo. A falta de motivação de um ato que devesse ser motivado é corretamente enquadrada na hipótese de

- a) desvio de finalidade.
- b) incompetência.
- c) inexistência dos motivos.
- d) ilegalidade do objeto.
- e) vício de forma.

7. Nos termos da Lei nº 8.666/93, a rescisão unilateral de um contrato administrativo, por parte do particular contratado,

- a) não é possível.
- b) é possível ante qualquer descumprimento contratual imputável à Administração contratante.
- c) é possível em hipóteses excepcionais, tais como a suspensão injustificada da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias.
- d) é possível em hipótese excepcionais, tais como o atraso injustificado dos pagamentos devidos pela Administração, por prazo superior a 90 dias.
- e) é possível em hipótese excepcionais, tais como a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do contrato.

8. Em uma concorrência regida pela Lei nº 8.666/93, já ultrapassa a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente, que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,

- a) a Administração deve anular o processo de licitação.
- b) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.
- c) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, devendo a Administração valer-se da tutela jurisdicional para eliminá-lo do certame.
- d) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, nem mesmo judicialmente, tendo operado a preclusão.
- e) a Administração deve revogar o processo de licitação.

9. Nos termos da legislação pertinente, caso o proprietário de uma coisa tombada junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional não disponha de recursos para proceder às obras de conservação e reparação necessárias, levando tal fato ao conhecimento daquele Serviço,

- a) a obrigação quanto à realização de tais obras recairá sobre o Estado em que se situa a coisa, ao qual será transmitida sua propriedade.
- b) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executar as obras às expensas da União, ou deverá ser feita a desapropriação da coisa.
- c) o proprietário fará jus a indenização, por parte da União, correspondente a 50% do valor das obras a serem executadas.
- d) a obrigação quanto à realização de tais obras recairá sobre o Município em que se situa a coisa, ao qual será transmitida sua propriedade.
- e) a coisa será transferida ao patrimônio público federal, independentemente de indenização.

10. Um servidor público estadual que exerça remuneradamente cargo público de professor e já acumule, remuneradamente, outro cargo público estadual, de caráter científico, havendo compatibilidade de horários,

- a) não poderá acumular remuneradamente mais nenhum cargo ou emprego, em nenhum nível da federação, seja na Administração direta ou indireta.
- b) poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico em uma autarquia municipal.
- c) poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor na Administração direta federal.
- d) poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico em uma fundação pública do mesmo Estado.
- e) poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor na Administração direta do mesmo Estado.

11. No ordenamento jurídico vigente, os terrenos de marinha são bens públicos de propriedade

- a) da União, sendo sua posse transferida à Marinha, que pode, em cada caso, definir o uso que lhes será dado, vedado o uso privativo por particular.
- b) da União, sendo considerados terras devolutas, usucapíveis ante posse mansa e pacífica superior a 20 anos, desde que não afetados a nenhum uso especial.
- c) da União, sendo abrangidos pela imprescritibilidade e passíveis de uso privativo por particular via aforamento.
- d) dos Estados, caracterizando-se como bens de uso comum do povo, insuscetíveis de uso privativo por particular.
- e) dos Estados, admitindo restrição de acesso em nome da preservação da segurança nacional, nos casos definidos pela Marinha.

Instruções:

As questões de números 12 a 14 apresentam uma sentença com duas asserções. Para respondê-las assinale, na folha de respostas,

- a) se a primeira asserção for uma proposição incorreta e a Segunda uma preposição verdadeira.
- b) se tanto a primeira como a Segunda forem proposições incorretas.
- c) se as duas asserções forem verdadeiras e a Segunda for uma justificativa correta da primeira.
- d) se as duas assertivas forem verdadeiras, mas a Segunda não for uma justificativa correta da primeira.
- e) se a primeira asserção for uma proposição verdadeira e a Segunda uma proposição incorreta.

12. Como regra, nada obsta que um ato administrativo, que já tenha exaurindo seus efeitos, seja revogado pela Administração por razões de conveniência e oportunidade PORQUE a revogação dos atos administrativos opera efeitos extunc.

13. No regime constitucional vigente, a característica diferencial entre atividades econômicas e serviços públicos está no fato de estes últimos deverem ser prestados exclusiva e diretamente pelo Poder Público PORQUE a Constituição estabelece que, ressalvados dos casos nela previstos, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

14. Nos termos da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania PORQUE as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, segundo a mesma Constituição, não têm aplicação imediata.

15. A Constituição da República Federativa do Brasil é classificada doutrinariamente como

- a) semi-rígida, pois prevê mecanismos de participação popular direta no Poder.
- b) rígida, pois prevê mecanismos excepcionais de restrição das liberdades, tais como estado de sítio e estado de defesa.
- c) flexível, pois caracteriza o Brasil como um Estado Democrático de Direito.
- d) rígida, pois prevê processo especial para sua alteração, mais rigoroso que o processo legislativo infraconstitucional.
- e) semi-rígida, pois prevê o processo de sua própria alteração, por meio de emendas.

16. A hipótese de intervenção federal em Municípios

- a) está prevista para os Municípios localizados no Distrito Federal, nos mesmos casos previstos para a intervenção estadual nos municípios.
- b) não está prevista na Constituição.
- c) está prevista para o caso, entre outros, de não pagamento de dívida fundada, por 2 anos consecutivos, sem motivo de força maior, independentemente da localização dos Municípios.
- d) está prevista para o caso, entre outros, de não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino, independentemente da localização dos Municípios.
- e) está prevista para os Municípios localizados em Território Federal, nos mesmos casos previstos para a intervenção estadual nos Municípios.

17. No caso iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário

- a) remuneração ulterior, a ser fixada amigável ou judicialmente, a título de locação.
- b) indenização ulterior, se houver dano.
- c) remuneração ulterior, a ser fixada amigável ou judicialmente, a título de servidão.
- d) remuneração ulterior, a ser fixada amigável ou judicialmente, a título de direito de uso.
- e) indenização justa e prévia.

18. Suponha que uma lei que altere o processo eleitoral seja promulgada e publicada em março de 2002. Suponha ainda que haverá eleições em outubro de 2002 e em outubro de 2004. Essa lei

- a) estará em vigor apenas dois anos após sua publicação, aplicando-se à eleição de 2004 e às subseqüentes.
- b) terá em vigor na data de sua publicação aplicando-se já à eleição de 2002 e às subseqüentes.
- c) entrará em vigor apenas um ano após sua publicação, aplicando-se à eleição de 2004 e às subseqüentes.
- d) terá entrado em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição de 2002, mas apenas a de 2004 e às subseqüentes.
- e) entrará em vigor apenas um ano após sua publicação, aplicando-se apenas às eleições subseqüentes a de 2004.

19. Compete privativamente à União legislar sobre

- a) organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- b) procedimentos em matéria processual.
- c) direito penitenciário.
- d) custas dos serviços forenses.
- e) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

20. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,

- a) nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- c) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- d) a ação rescisória dos julgados dos tribunais superiores.
- e) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

21. Determinado projeto de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal é primeiramente discutido, votado e aprovado sem emendas no Senado Federal, seguindo para a Câmara dos Deputados, onde também é discutido, votado e aprovado sem emendas, sendo então enviado ao presidente da República, para sancioná-lo ou vetá-lo no prazo de 15 dias úteis, contados da datas do recebimento. Todavia, o Presidente da República resta silente, sendo, pois, o projeto considerado vetado. Considerando exclusivamente os aspectos mencionados, nessa situação foram

- a) desrespeitadas as regras constitucionais quanto à ordem de votação entre as casas legislativas, quanto ao prazo para sanção ou veto e quanto aos efeitos do silêncio do Presidente da República.
- b) respeitadas as regras constitucionais quanto ao processo legislativo.
- c) desrespeitadas apenas as regras constitucionais quanto à ordem de votação entre as casas legislativas e quanto aos efeitos do silêncio do Presidente da República.
- d) desrespeitadas apenas as regras constitucionais quanto ao prazo para sanção ou veto e quanto aos efeitos do silêncio do Presidente da República.
- e) desrespeitadas apenas as regras constitucionais quanto à ordem de votação entre as casas legislativas.

22. O Presidente da República é acusado da prática de crime de responsabilidade. Um de seus Ministros de Estado é também acusado da prática de crime de responsabilidade, conexo com o do Presidente da República. Nessa situação, de um lado, a autorização para que seja instaurado processo contra o Presidente e contra o Ministro e, de outro lado, o processamento e julgamento ocorrerão, respectivamente, perante

- a) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para o Presidente e para o Ministro.
- b) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para o Presidente; e a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, para o Ministro.
- c) o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, para o Presidente e para o Ministro.
- d) o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, para o Presidente; e o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, para o Ministro.
- e) a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, para p presidente e para o Ministro.

23. A porcentagem mínima da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, tal como especificada pela Constituição Federal, que deverá ser aplicada anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, pela União, pelos Estados e pelos Municípios é, respectivamente, de

- a) 25%, 30% e 30%.
- b) 20%, 30% e 35%.
- c) 20%, 25% e 30%.
- d) 18%, 25% e 25%.
- e) 18%, 20% e 25%.

24. É medida incompatível com o estado de sítio

- a) restrição à violência da correspondência.
- b) obrigação de permanência em localidade determinada.
- c) aplicação da pena de banimento.
- d) suspensão da liberdade de reunião.
- e) intervenção nas empresas de serviços públicos.

25. Tal como previsto pela Constituição Federal, o imposto de transmissão causa mortis de quaisquer bens ou direitos

- a) não incidirá se o de cujus teve seu inventário processado no exterior.
- b) compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal, relativamente a bens móveis, títulos e créditos.
- c) compete ao Estado onde se processar o inventário, ou ao Distrito Federal, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos.
- d) terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- e) não incidirá se o de cujus era domiciliado no exterior.

26. Nos termos do art. 182 da Constituição Federal, é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento. Caso essa obrigação não seja cumprida, uma das sanções que pode incidir é a

- a) venda compulsória da área ao poder Público municipal, a título de direito preempção.
- b) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até 10 anos.
- c) cobrança de IPTU progressivo em função do valor venal do imóvel.
- d) transferência da propriedade ao poder Público municipal a título de usucapião.
- f) cobrança de imposto sobre grandes fortunas.

27. Pode-se afirmar que há responsabilidade civil objetiva

- a) do patrão em caso de acidente do trabalho.
- b) no contrato de transporte de coisas, por via terrestre, estando a cláusula de segurança implícita na obrigação de custódia.
- c) pessoal dos profissionais liberais na prestação de serviço considerado defeituoso, quando o contrato for regido pelo Código de Defesa do Consumidor.
- d) do curador pelos atos de seus curatelados dementes, em qualquer circunstância.
- e) sempre que se verificar o dano moral, independentemente do dano material.

28. José e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens e cujo patrimônio era estimado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em 16/07/2002, instituíram como bem de família um imóvel no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com base no caput do artigo 70 do Código Civil em vigor que estabelece: "É permitido aos chefes de família destinar um prédio para domicílio desta, com a cláusula de ficar isento de execução por dívidas, salvo as que provierem de impostos relativos ao mesmo prédio". O novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) publicado em 11/01/2002, para entrar em vigor 01 (um) ano após a sua publicação, entretanto, prescreve, no artigo 1.711: "Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial".

Tendo em conta o disposto na Lei de Introdução ao Código Civil, a instituição do bem de família por José e Maria, com a entrada em vigor no novo Código Civil, é considerada

- a) inexistente, porque ocorreu violação de norma de ordem pública inserida em lei já publicada, embora ainda não vigente.
- b) nula, por consubstanciar fraude à lei, pois o novo Código Civil já havia sido publicado quando da instituição do bem de família.
- c) anulável, se José e Maria vierem a contrair dívidas superiores a seu patrimônio depois de instituído o bem de família.
- d) ineficaz em relação a quaisquer credores futuros, porque, depois da instituição do bem de família, não poderiam contrair dívidas voluntariamente.
- e) válida, porque a lei nova não pode retroagir para prejudicar o ato jurídico perfeito.

29. NÃO se admite usucapião de

- a) imóveis pertencentes e devidamente registrados em nome de pessoas absoluta ou relativamente incapazes.
- b) coisas móveis.
- c) servidões não aparentes.
- d) bens imóveis gravados com cláusula de inalienabilidade.
- e) domínio útil do imóvel objeto de enfiteuse.

30. Desaparecendo uma pessoa em naufrágio, inundação ou incêndio, provando-se sua presença no local de desastre e não sendo encontrado o cadáver para exame,

- a) poderão os juízes togados admitir justificação para o assento de óbito.
- b) somente poderá ser lavrado o assento de óbito cinco anos após o fato.

- c) apenas será lavrado o assento de óbito depois de a pessoa desaparecida contar oitenta anos de idade.
- d) será aberta a sucessão definitiva e lavrado o assento de óbito, dez anos após o fato ou se a pessoa desaparecida contar oitenta anos de idade e se nos últimos cinco anos nenhuma notícia houver.
- e) será aberta a sucessão provisória e lavrado o assento de óbito também, um ano após o fato.

31. Considere as seguintes proposições:

- I. Não se interrompe nem se suspende.
- II. Pode ser interrompido apenas uma vez e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que o interrompeu, ou do último do processo para o interromper, não ficando, porém, reduzido para menos de 05 (cinco) anos.
- III. Suspenso durante a tramitação do procedimento administrativo para análise do direito do particular que pleiteia o recebimento de dívida considerada líquida, recomeça pela metade do tempo faltante, se o pedido for indeferido pela Administração.
- IV. Admite-se distinção entre a prescrição parcelar e a prescrição nuclear ou de fundo de direito.
- V. Será sempre de vinte anos.

No tocante ao prazo prescricional a favor da Fazenda Pública são corretas as proposições

- a) III e V.
- b) I e III.
- c) I e V.
- d) II e IV.
- e) II e V

32. Denomina-se exceção do contrato não cumprido a regra segundo a qual

- a) o distrato se dará sempre pela forma por que firmado o contrato.
- b) subordinando-se a eficácia do negócio jurídico a condição suspensiva, enquanto esta não se verificar não se poderá exercer o direito a que ele se verificar não se poderá exercer o direito a que ele visa, embora este direito já se considere adquirido.
- c) o que estipula em favor de terceiro pode exigir o cumprimento da obrigação, se não o fizer o terceiro em favor de quem se estipulou a obrigação.
- d) nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- e) os contratos valem apenas entre as partes, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

33. É direito dos condomínios requerer a divisão da coisa comum,

- a) contudo, a divisão terá de ser sempre judicial.
- b) porém, é possível instituir-se a indivisibilidade convencional por prazo não superior a cinco anos, suscetível de prorrogação ulterior.
- c) e contra esta faculdade não prevalece qualquer hipótese de indivisibilidade legal.
- d) sendo a divisão atributiva da propriedade e não, meramente, declaratória.
- e) todavia, se a coisa for indivisível e não desejando os condomínios assim permanecer terão de vender judicialmente a coisa, sendo vedado a qualquer deles adjudicá-la.

34. A garantia fidejussória de um crédito se dará por

- a) fiança, na qual o benefício de ordem será afastado, se o devedor for insolvente ou falido.
- b) hipoteca, que não pode ser ofertada por terceiro.
- c) penhor, que pode ser ofertado por terceiro ou pelo devedor.
- d) anticrese, ficando os rendimentos depositados em instituição financeira indicada de comum acordo pelo credor e devedor.
- e) caução de títulos de crédito, não podendo o devedor, ciente de estar caucionando o seu título de débito, aceitar quitação do credor caucionante, sob pena de responder solidariamente por perdas e danos ao caucionado.

35. "A" emprestou a "B" a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), exigindo que este firmasse instrumento público de confissão de dívida. "B", tendo por escritura pública, tendo, porém, o credor e ofertado por instrumento particular. Neste caso, a quitação é

- ineficaz.
- inexistente.
- nula.
- anulável.
- válida.

36. Na separação judicial, a guarda dos filhos

- será confiada ao pai se ambos os cônjuges forem responsáveis pela separação judicial, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para os menores.
- será confiada sempre a mãe.
- não poderá, em qualquer hipótese, ser confiada ao cônjuge que deu causa à separação.
- poderá ser atribuído a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges, se verificado que os filhos não devam permanecer em poder da mãe nem do pai.
- será confiada ao cônjuge que tiver melhores condições financeiras para manutenção dos menores, ficando ao outro cônjuge apenas ressalvado o direito de visita.

37. Na sucessão legítima, é correto afirmar que

- o cônjuge sobrevivente na constância da sociedade conjugal concorre na herança com o colaterais até o quarto grau.
- os descendentes do herdeiro excluído por indignidade também são excluídos da sucessão.
- o direito representação, na linha transversal, só se dá em favor dos filhos de irmão do falecido, quando concorrerem com irmão deste.
- o direito de representação se dá na linha reta ascendente e descendente.
- não havendo herdeiros da classe dos descendentes, são chamados à sucessão o cônjuge ou o companheiro e inexistindo qualquer destes, chamam-se os ascendentes.

38. Pode o testador gravar os bens da herança ou o legado com cláusula de

- incomunicabilidade ou impenhorabilidade, somente se, também, gravá-los com a cláusula de inalienabilidade.
- inalienabilidade que implicará, também, na de incomunicabilidade e de impenhorabilidade.
- impenhorabilidade que automaticamente determinará sua inalienabilidade.
- incomunicabilidade que, entretanto, não prevalecerá se o herdeiro ou legatário, mediante pacto antenupcial, adotar o regime da comunhão universal de bens.
- inalienabilidade vitalícia, impedindo, também, a transmissão desses bens desembaraçados por testamento ou por sucessão legítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. Caio, em 20/05/2002, ajuizou ação de rescisão de contrato contra Tício, perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Mirandópolis. O despacho ordenado a citação de Tício foi proferido em 22/05/2002, sendo Tício citado em 10/06/2002. No tocante a Tício, este havia ajuizado perante a 1ª Vara Cível da referida Comarca ação para compelir Caio a cumprir o mesmo contrato. A ação de Tício fora ajuizada em 18/05/2002 e a determinação de citação havia ocorrido em 25/05/2002, sendo Caio citado em 08/06/2002. Havendo conexão entre as duas ações, deverão ser reunidas para julgamento conjunto perante a

- 2ª Vara Cível, que está preventa, pois a determinação de citação ocorreu em primeiro lugar.
- 1ª ou 2ª Vara Cível, dependendo de qual juiz acolha a legação de conexão em primeiro lugar
- 2ª Vara Cível, que está preventa por força da continência.
- 1ª Vara Cível, que está preventa, pois a citação naquele processo ocorreu em primeiro lugar.
- 1ª Vara Cível, que está preventa pois a ação foi para ela distribuída em primeiro lugar.

40. Considere os seguintes itens no tocante à jurisdição voluntária:

- Não se aplica o princípio da adstrição da sentença ao pedido.

- II. A sentença que decide o pedido faz coisa julgada material.
- III. Não ocorre função substitutiva da vontade das partes.
- IV. O juiz não pode julgar por critérios de conveniência e oportunidade.

SOMENTE são corretos os itens

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II e IV.

41. Publicada a sentença de mérito, ao juiz é defeso alterá-la, salvo nos casos de

- a) retratação em agravo de instrumento e reexame necessário.
- b) acolhimento de embargos de declaração e reexame necessário.
- c) acolhimento de embargos de declaração e de reconsideração da sentença que acolheu preliminar de carência de ação.
- d) correção de inexatidões materiais e de retratação em agravo retido.
- e) correção de inexatidões materiais e retratação em apelação do indeferimento liminar da petição inicial.

42. dá-se litisconsórcio facultativo-unitário entre

- a) herdeiros, em ação de petição de herança.
- b) confrontantes, em ação de usucapião.
- c) cônjuges, nas ações reais.
- d) cônjuges, nos casos de composesse, em ação possessória.
- e) condôminos, em ação reivindicatória.

43. O Ministério Público Estadual, por seu Curador do Meio Ambiente, ajuizou ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Norte objetivando compeli-lo a construir um aterro sanitário. Requereu tutela específica para que a construção se iniciasse no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de a Fazenda do Estado arcar com a multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), alegando que a falta do aterro sanitário poderá acarretar ao meio ambiente danos de difícil ou incerta reparação. Sabendo que inexistente previsão orçamentária para a construção da referida obra, deverá o juiz

- a) indeferir o pedido pois o prazo requerido é exíguo para a execução da obra.
- b) indeferir o pedido de antecipação da tutela, pois o Judiciário não pode compelir o Executivo à prática de ato discricionário.
- c) deferir o pedido de antecipação da tutela, pois há periculum in mora e os fundamentos são relevantes.
- d) indeferir o pedido de antecipação da tutela, pois incabível, em qualquer caso, contra o Poder Público, por disposição expressa de lei.
- e) deferir o pedido de antecipação da tutela, pois a preservação ao meio ambiente e dever de todos, inclusive do Estado.

44. As sentenças terminativas

- a) resolvem questões para que sobre elas se opere a coisa julgada material.
- b) resolvem a lide, com o término do conflito de interesses.
- c) produzem coisa julgada material apenas se reconhecem a prescrição.
- d) produzem coisa julgada formal.
- e) produzem coisa julgada material.

45. Em agravo de instrumento não é necessário demonstrar que da decisão pode resultar lesão grave e de difícil reparação na

- a) adjudicação e remição de bens.
- b) impugnação ao valor da causa e indeferimento liminar de reconvenção.
- c) tutela antecipada e levantamento de dinheiro sem caução idônea.
- d) exceção de pré-executividade e prisão civil.
- e) exceção de incompetência relativa e adjudicação.

46. Em relação ao recurso inominado contra sentença proferida no sistema dos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que

- a) está sujeito a preparo, que deve ser feito no prazo de 48 horas, a contar da intimação para recolhimento do respectivo valor.
- b) não está sujeito a preparo.
- c) está sujeito a preparo, que deve ser feito em 48 horas após sua interposição.
- d) está sujeito a preparo, que deve ser comprovado no ato da sua interposição.
- e) está sujeito a preparo quando determinado pelo juiz.

47. São ações executivas lato sensu

- a) execução para entrega de coisa certa e condenatória de cobrança.
- b) execução de título executivo judicial por quantia certa e despejo.
- c) despejo e reintegração de posse.
- d) execução de título extrajudicial e manutenção na posse.
- e) execução de obrigação de fazer e mandado de segurança.

48. Promovida execução de acórdão transitado em julgado que condenou a Fazenda Pública ao pagamento da indenização de caráter alimentar no valor de R\$ 5.000,00, deverá o juiz determinar

- a) a expedição imediata de precatório ao presidente do Tribunal competente.
- b) o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito.
- c) o arresto de bens públicos suficientes para garantir a execução.
- d) a citação da Fazenda Pública para opor embargos.
- e) a penhora de bens públicos suficientes para garantir a execução.

49. São pressupostos intrínsecos de admissibilidade dos recursos

- a) a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, a legitimidade recursal e o preparo.
- b) a legitimidade recursal, o interesse em recorrer e o cabimento.
- c) o interesse em recorrer, o preparo e a legitimidade recursal.
- d) o cabimento, o preparo e a tempestividade.
- e) a tempestividade, o interesse em recorrer e a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.

50. Tratando-se de medida cautelar deve a ação principal ser ajuizada em 30 (trinta) dias a contar da efetivação da medida, sob pena de da cautelar, caso em que o requerente responderá pelos prejuízos que causar ao requerido.

Preenchem corretamente as lacunas da proposição acima, respectivamente,

- a) nominada - extinção - objetivamente
- b) nominada - ineficácia - subjetivamente
- c) inominada - extinção - objetivamente
- d) constrictiva - eficácia - objetivamente
- e) incidental - extinção - subjetivamente

Instruções: A questão de número 51 apresenta uma sentença com duas asserções. Para respondê-la assinale, na folha de respostas,

- a) se a primeira asserção for proposição incorreta e a Segunda uma proposição verdadeira.
- b) se tanto a primeira como a Segunda forem proposições incorretas.
- c) se as duas asserções forem verdadeiras e a Segunda uma justificativa correta da primeira.
- d) se as duas asserções forem verdadeiras, mas a Segunda for uma justificativa correta da primeira.
- e) se a primeira for uma proposição verdadeira e a segunda uma proposição incorreta.

51. A execução de liminar concedida em mandado de segurança pode ser suspensa, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, em despacho fundamentado do

Presidente do Tribunal competente para evitar grave lesão à economia pública PORQUE a decisão que concede liminar em mandado de segurança está sujeita a reexame necessário para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

DIREITO COMERCIAL

52. O pedido de falência com base na impontualidade do comerciante pressupõe para o requerente

- a) a demonstração da insuficiência do patrimônio do comerciante para pagamento de seus débitos.
- b) o prévio protesto especial do título representativo de seu crédito.
- c) a comprovação de protesto tirado contra o comerciante, mesmo que por terceiros.
- d) a comprovação de sua condição de comerciante regular.
- e) a apresentação de título representativo de crédito líquido, mesmo que não vencido contra o comerciante.

53. Na companhia aberta, a alienação do poder de controle, independente do pagamento de eventual prêmio aos minoritários que optarem por permanecer na sociedade, pressupõe por parte do adquirente a

- a) oferta de compra das ações preferenciais por, no mínimo 80% do valor ofertado pelas ações do bloco controlador.
- b) extensão da oferta realizada pelas ações do bloco controlador aos minoritários titulares de ações ordinárias.
- c) extensão da oferta realizada pelas ações do bloco controlador a, no mínimo, 80% dos minoritários.
- d) extensão da oferta realizada pelas ações do bloco controlador a, no mínimo, 80% dos preferencialistas.
- e) oferta de compra das demais ações com direito a voto por, no mínimo, 80% do valor ofertado pelas ações do bloco controlador.

54. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, a integralização do capital social pelos sócios-quotistas

- a) libera os sócios de qualquer responsabilidade pelos débitos societários, mesmo em caso de fraude.
- b) dá início à personalidade jurídica da sociedade e à existência de seu patrimônio autônomo.
- c) deve ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da subscrição das quotas.
- d) pode dar-se através da conferência de bens imóveis.
- e) é pressuposto da regularidade da atividade mercantil.

55. A recusa do sacado em aceitar a letra de câmbio sacada a termo de data tem como consequência

- a) a possibilidade do beneficiário exigir do sacador o pagamento imediatamente após o protesto por falta de aceite.
- b) sua imediata substituição, como devedor principal, pelo sacador, que deverá pagar o título na data do vencimento.
- c) a faculdade do beneficiário de protestar o título por falta de aceite caso a recusa seja imotivada.
- d) a responsabilização dos co-obrigados pelo pagamento do título na data do vencimento.
- e) a responsabilização do sacado pelo pagamento do título no vencimento, desde que tempestivamente protestado por falta de aceite.

56. Constitui prática tipificada de concorrência desleal

- a) reter bens de produção ou de consumo, ainda que para garantir a cobertura dos custos de produção.
- b) atribuir-se, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve.
- c) interromper ou reduzir a produção, sem justa causa comprovada.
- d) conceder descontos em função do relacionamento comercial com a outra parte.
- e) obter exclusividade para divulgação de publicidade nos meios de comunicação de massa.

57. Quanto às "marcas de alto renome" é possível afirmar que

- a) sua proteção se dá por períodos de 20 anos, renováveis.
- b) identificam produtos de qualidade, vindos de membros de uma mesma entidade.
- c) gozam de proteção mesmo antes do depósito junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
- d) possuem proteção especial abrangendo todos os ramos de atividade.
- e) são identificadas exclusivamente por palavras.

58. O exercício do comércio, por aqueles expressamente proibidos de comerciar,

- a) deve ser interrompido por ato de autoridade da Junta Comercial local.
- b) torna nulos seus atos por incapacidade do agente.
- c) dá origem a vício sanável, que torna seus atos anuláveis.
- d) pode ser regularizado a qualquer tempo mediante matrícula na Junta Comercial.
- e) não afasta a incidência de falência em caso de insolvência.

59. Nos termos da Lei das S/A (Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações), caso um signatário de acordo de acionistas, devidamente arquivado na Companhia, vote contrariamente ao acordo,

- a) seu voto não será computado pelo presidente da assembléia ou do órgão colegiado de deliberação.
- b) haverá a anulação da deliberação no prazo legal por acionistas representando no mínimo 5% do capital votante.
- c) ele responderá objetivamente pelos prejuízos decorrentes de seu voto perante os demais signatários.
- d) ele responderá subjetivamente pelos prejuízos decorrentes de seu voto perante a Companhia.
- e) haverá a suspensão da deliberação, com instauração de assembléia especial da qual participarão somente os signatários do acordo para resolver a questão.

60. "Todos os sócios respondem ilimitadamente pelos débitos societários e podem exercer a gerência, sendo a firma social composta por seus nomes". A afirmação refere-se a uma sociedade

- a) cooperativa.
- b) em conta de participação.
- c) em nome coletivo.
- d) de fato.
- e) em comandita simples.

61. Deferida a concordata preventiva, é correto afirmar que

- a) se suspendem as execuções individuais por quantia certa contra o comerciante.
- b) permanecem obrigados os fiadores do comerciante.
- c) há novação das obrigações do comerciante.
- d) não pode mais o comerciante Ter sua falência decretada.
- e) se resolvem os contratos bilaterais do comerciante.

62. Na sociedade anônima, a diretoria

- a) é órgão de existência obrigatória.
- b) constitui órgão colegiado.
- c) deve ser composta por, no mínimo, duas pessoas não-acionistas.
- d) é sempre eleita pelo Conselho de Administração.
- e) representa a sociedade, juntamente com o Conselho de Administração.

63. Em garantia do pagamento de uma dívida, o devedor emite uma nota promissória em branco e a entrega ao credor. Na situação, essa nota promissória

- a) deverá ser protestada por falta de pagamento se, no vencimento, o devedor se recusar a completá-la.
- b) será considerada nula por completa ausência de seus requisitos essenciais.
- c) poderá ser executada em Juízo, desde que acompanhada pelo documento que demonstre o valor preciso do débito.

- d) perderá seu caráter autônomo, passando definitivamente a não gerar quaisquer efeitos de título executivo extrajudicial.
- e) poderá ser exigida, desde que completada de boa-fé pelo credor, antes da cobrança ou do protesto.

64. Segundo construção jurisprudencial amplamente aceita, a quantidade de aumento da pena pelo concurso formal de delitos deve decorrer

- a) do número de crimes cometidos.
- b) das circunstâncias do art. 59 do Código Penal.
- c) da gravidade dos crimes praticados.
- d) da presença de circunstâncias agravantes ou atenuantes
- e) da primariedade ou não do acusado.

65. As regras da irretroatividade e da taxatividade das normas penais incriminadoras decorrem do princípio da

- a) igualdade.
- b) culpabilidade.
- c) subsidiariedade.
- d) proporcionalidade.
- e) legalidade.

66. O resultado é imprescindível nos crimes

- a) formais e omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- b) materiais e omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- c) formais e materiais.
- d) de mera conduta e omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- e) materiais e omissivos próprios.

67. No estado de necessidade,

- a) é cabível a modalidade putativa.
- b) o perigo deve ser atual ou iminente.
- c) há reação em razão de agressão humana.
- d) o agente responderá pelo excesso culposo, ainda que inexistente previsão legal de delito da espécie.
- e) há exclusão da imputabilidade.

68. Na autoria mediata,

- a) há concurso eventual de pessoas.
- b) há partição moral punível do autor imediato.
- c) não há concurso de pessoas.
- d) há partição material punível do autor imediato.
- e) há co-autoria do autor imediato.

69. No cálculo da pena,

- a) a diminuição pela partição de menor importância deve incidir antes do aumento decorrente do fato de o crime haver sido praticado contra velho.
- b) a redução pela menoridade do acusado deve incidir após o acréscimo pelo concurso formal de delitos.
- c) o aumento pela continuidade delitiva deve preceder a diminuição pela confissão espontânea.
- d) o acréscimo pela má antecedência do réu deve incidir antes da redução pela tentativa.
- e) o aumento pela reincidência deve ser posterior à redução pelo arrependimento posterior.

70. O crime de embriaguez ao volante

- a) não permite a aplicação de institutos da Lei nº 9.099/95.
- b) admite, em relação aos institutos da Lei nº 9.099/95, apenas a transação penal prevista no art. 76.
- c) permite, em relação aos institutos da Lei nº 9.099/95, tão-somente a suspensão condicional do processo prevista no art. 89.

- d) admite, em relação aos institutos da Lei nº 9.099/95, tanto a transação penal, como a suspensão condicional do processo, previstas nos arts. 76 e 89.
e) é de ação penal pública condicionada ou privada.

71. As medidas de segurança

- a) não cabem para o agente semi-imputável.
b) não estão submetidas ao princípio da legalidade.
c) são impostas em sentenças condenatórias.
d) não admitem a prescrição.
e) podem ser impostas em casos de contravenção penal.

72. A prescrição

- a) é calculada sem a incidência na pena do acréscimo relativo à qualificadora imputada.
b) incide sobre o total da pena na hipótese de crime continuado.
c) não inclui o dia do começo no cômputo do respectivo prazo.
d) retroativa é modalidade da prescrição da pretensão punitiva.
e) admite a interrupção do prazo correspondente, mas não a suspensão.

73. Admitem a figura privilegiada os crimes de

- a) furto, apropriação indébita e duplicata simulada.
b) apropriação indébita, receptação e estelionato.
c) furto, estelionato e extorsão.
d) receptação, furto e duplicata simulada.
e) estelionato, extorsão e apropriação indébita.

74. A conduta do funcionário público que solicita de particular vantagem indevida para não multá-lo, sem, contudo, chegar a recebê-la, caracteriza, em tese,

- a) concussão.
b) tentativa de corrupção ativa.
c) tentativa de corrupção passiva.
d) prevaricação.
e) corrupção passiva consumada.

75. Na execução das penas privativas de liberdade são previstos os institutos da permissão de saída, da saída temporária e da remição. Atendidas as demais exigências legais, faz jus aos três benefícios o condenado que cumpra pena em regime

- a) fechado.
b) aberto, semi-aberto ou fechado.
c) semi-aberto.
d) semi-aberto ou fechado.
e) semi-aberto ou aberto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

76. Em relação à citação, notificação e intimação no processo criminal, é correto afirmar que

- a) o processo será suspenso se o acusado for citado por edital e não comparecer ao interrogatório, tenha ou não defensor constituído.
b) o prazo do edital na citação ficta é, em todas as hipóteses, de 15 (quinze) dias.
c) a notificação, segundo a doutrina, é comunicação sobre ato a ser realizado, enquanto a intimação consiste em comunicação de ato já realizado.
d) a citação será por edital se o acusado estiver no estrangeiro e o crime for afiançável.
e) a intimação do Ministério Público e do defensor será pessoal, em qualquer grau de jurisdição.

77. Sobre o interrogatório e confissão, estabelece o Código de Processo penal que

- a) a confissão será irretratável, porque, uma vez ocorrida, haverá preclusão.
b) o defensor do acusado poderá intervir no interrogatório, realizando perguntas ao acusado, adotando-se o sistema da cross examination.

- c) o acusado, se negar a imputação no todo ou em parte, deverá indicar as provas da verdade de suas declarações.
- d) o acusado poderá ouvir, após a sua inquirição, o interrogatório do co-réu, com oportunidade de reperguntas.
- e) a confissão será divisível, sem prejuízo do livre convencimento do juiz.

78. Conforme orientação do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o prefeito municipal será julgado pelo

- a) Tribunal de Justiça Estadual, por crime de competência da justiça estadual federal comum, cometido antes ou durante o mandato, cessando a competência do tribunal após ter deixado o cargo.
- b) Tribunal Regional Federal, por crime de competência da justiça federal, cometido antes ou durante o mandato, cessando a competência do tribunal após ter deixado o cargo.
- c) Tribunal de Justiça Estadual, por crime de competência da justiça estadual comum, cometido antes ou durante o mandato, permanecendo a competência do tribunal após a cessação do cargo,
- d) Tribunal de Justiça Estadual, por crime de competência da justiça estadual ou federal comum, apenas quando cometido durante o mandato, cessando a competência do tribunal após ter deixado o cargo.
- e) Tribunal Regional Federal, por crime de competência da justiça federal, apenas quando cometido durante o mandato, cessando a competência do tribunal após ter deixado o cargo.

79. A proibição da reformatio in pejus indireta significa proibição de ser piorada a situação do acusado

- a) em nova sentença após a sentença de condenação anterior ter sido anulada em recurso exclusivo do acusado.
- b) no julgamento de recurso exclusivo do Ministério Público.
- c) no julgamento de recurso exclusivo do acusado.
- d) no julgamento de recurso concomitante do Ministério Público e do acusado.
- e) em nova sentença após a sentença absolutória anterior Ter sido anulada em recurso exclusivo do Ministério Público.

80. Quando alguém é julgado pela prática de crime por decisão transitada em julgado,

- a) não há nenhum efeito na esfera civil porque foi adotado no Brasil o sistema da independência das ações penal e civil.
- b) não decorre da sentença, se for condenatória, a certeza quanto à reparação do dano em relação à pessoa condenada.
- c) decorre da sentença, se for condenatória a obrigação de reparação do dano pelo condenado e por seu responsável civil.
- d) fica impedida a ação civil de reparação de dano se houve absolvição por estado de necessidade.
- e) não fica impedida a ação civil de reparação de dano se houve absolvição por atipicidade.

81. Em relação aos processos de competência do júri,

- a) havendo absolvição sumária, o juiz deve submeter a decisão ao tribunal para reexame necessário.
- b) o desaforamento pode ser pedido pelo assistente do Ministério Público, segundo previsão expressa do Código de Processo Penal.
- c) o desaforamento é solicitado ao juiz de direito da decisão de pronúncia que, se indeferir o pedido, encaminha-o ao tribunal para reexame.
- d) em caso de desclassificação pelos jurados da infração para outra atribuída à competência do juiz singular, o processo deve ser remetido ao juízo competente para julgamento.
- e) será apresentado um libelo para cada acusado, podendo ser arroladas até o máximo de 8 (oito) testemunhas.

82. Em caso de sentença criminal, a sucumbência será

- a) recíproca, quando a sentença, em relação ao mesmo acusado e ao mesmo tempo, for favorável e desfavorável.

- b) reflexa, quando, ao mesmo tempo, a sentença atingir interesses de quem acusou e do acusado.
- c) paralela se a sentença atingir interesses idênticos, como os interesses de dois co-réus acusados do mesmo crime.
- d) parcial, quando a sentença atingir apenas uma das partes da causa, a acusação ou o acusado.
- e) total, quando, havendo vários acusados, a sentença atingir a todos.

83. João é condenado por apropriação indébita simples, cuja pena é de uma a quatro anos de reclusão e multa, à pena de dois anos e dois meses de reclusão e multa. No caso, a fiança

- a) não é cabível porque a condenação cumula a pena privativa e a pena de multa.
- b) é cabível porque a pena mínima cominada é inferior a dois anos.
- c) não é cabível porque a condenação é superior a dois anos.
- d) não é cabível porque a pena máxima cominada é superior a dois anos.
- e) é cabível porque a condenação é inferior a quatro anos.

84. A Lei dos Crimes Hediondos veda a

- a) apelação em liberdade e o livramento condicional.
- b) liberdade provisória com ou sem fiança e a apelação em liberdade.
- c) liberdade provisória com ou sem fiança e prevê regime fechado integral.
- d) apelação em liberdade e prevê regime fechado integral.
- e) liberdade provisória com ou sem fiança e prevê, para a prisão temporária, período de 20 (vinte) dias.

85. Se o juiz rejeita pedido de declaração de suspensão do processo em virtude de questão prejudicial,

- a) a decisão pode ser impugnada por recurso em sentido estrito sem efeito suspensivo.
- b) não há previsão de recurso para impugnar a decisão.
- c) a decisão pode ser impugnada por apelação com efeito suspensivo.
- d) a decisão pode ser impugnada por apelação sem efeito suspensivo.
- e) a decisão pode ser impugnada por recurso em sentido estrito com efeito suspensivo.

86. Quanto à ação penal, é correto afirmar que

- a) os direitos de queixa ou representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal.
- b) a ação penal privada exclusiva deve ser proposta no local da consumação do crime.
- c) as ações penais públicas condicionadas mediante representação ou requisição do Ministro da Justiça admitem retratação até o prazo de decadência.
- d) a ação penal por crime de estupro cometido mediante violência real ou ficta é, segundo súmula do Supremo Tribunal Federal, pública incondicionada.
- e) a ação privada subsidiária da pública cabe, segundo jurisprudência assentada, nos casos em que a ação pública não foi intentada no prazo legal porque houve arquivamento do inquérito policial.

87. João, primário e de bons antecedentes, é preso dois dias depois de Ter sido visto no cometimento de crime de roubo qualificado pelo concurso de agentes, após perseguição ininterrupta e iniciada logo após o fato. No caso,

- a) João deve permanecer preso porque a prisão em flagrante foi regular e porque, em virtude de ter cometido crime hediondo, não tem direito à liberdade provisória.
- b) as circunstâncias do caso concreto, relativas ao fato e ao agente, devem ser examinadas e, caso não estejam presentes os requisitos da prisão preventiva, cabe provisória, com a obrigação de comparecer aos atos do processo.
- c) João deve permanecer preso porque a prisão em flagrante foi regular e porque, em virtude de Ter sido cometido crime contra o patrimônio com violência, não tem direito à liberdade provisória.
- d) João deve ser solto mediante concessão de liberdade provisória sem fiança porque, apesar de a prisão em flagrante ser regular, é primário e de bons antecedentes.
- e) a prisão em flagrante deve ser relaxada porque, apesar de a perseguição Ter sido iniciada logo após, demorou dois dias para ocorrer.

88. Nos recursos criminais, o prazo para

- a) interpor os embargos declaratórios, acompanhados das razões, no Código de Processo penal e na Lei dos Juizados Especiais Criminais é de cinco dias
- b) interpor é de oito dias, com prazo posterior de cinco dias para oferecer as razões.
- c) interpor o recurso em sentido estrito é de cinco dias, com prazo posterior de três dias para oferecer as razões.
- d) requerer carta testemunhal, acompanhada das razões, é de cinco dias.
- e) interpor a apelação, acompanhada das razões, na Lei dos Juizados Especiais Criminais é de dez dias.

DIREITO ELEITORAL

89. Nas respectivas convenções para a escolha dos candidatos, os partidos deverão reservar

- a) 20% (vinte por cento) das vagas para candidatas do sexo feminino.
- b) 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para candidatas do sexo feminino.
- c) 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para candidatos do sexo masculino.
- d) 60% (sessenta por cento) das vagas para candidatos do sexo masculino e 40% (quarenta por cento) das vagas para candidatas do sexo feminino.
- e) 70% (setenta por cento), no máximo, das vagas para candidatos de um sexo e, no mínimo 30% (trinta por cento) para candidatos de outro.

90. Das mesas Receptoras Não poderão participar, na qualidade de mesários,

- a) servidores da mesma repartição pública ou empresa privada.
- b) os menores de 21 anos.
- c) parentes em qualquer grau, em se tratando da mesma Mesa ou Turma.
- d) eleitores da própria Seção.
- e) serventuários da Justiça.

91. A Justiça Eleitoral, no processo de registro de candidatura, poderá indeferir todo pedido de variação de nome

- a) que identifique o candidato pela sua vida política, social ou profissional.
- b) coincidente como o de candidato à eleição majoritária.
- c) que venha a vincular o candidato ao mandato parlamentar exercido ou que o mesmo esteja exercendo.
- d) coincidente com o de candidato à eleição majoritária, se se tratar de candidato que tenha concorrido nos últimos quatro anos a pleitos eletivos com o nome coincidente.
- e) de candidato que deixar de comprovar o fato de ser internacionalmente conhecido pelo nome indicado.

92. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais promover o registro dos candidatos às eleições gerais,

- a) podendo proceder, de ofício, à substituição dos candidatos declarados inelegíveis.
- b) em nível municipal, quando a circunscrição for o Município da Capital.
- c) encaminhando a relação dos candidatos registrados ao Tribunal Superior Eleitoral, até 50 (cinquenta) dias antes das eleições.
- d) podendo, se for o caso, proceder ao cancelamento do referido registro em relação aos candidatos expulsos do respectivo partido até a data das eleições.
- e) encaminhando a relação dos candidatos registrados à imprensa, para divulgação, até 40 (quarenta) dias antes do pleito

93. No sistema eletrônico de votação,

- a) o nome e a fotografia do candidato devem aparecer no respectivo painel, com a designação do cargo disputado, sempre no masculino.
- b) a urna exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais.
- c) o voto será computado para a legenda partidária se houver uma precisa identificação do candidato sufragado.
- d) a urna contabiliza cada voto, sendo competência exclusiva do Presidente da Mesa Receptora a ampla fiscalização da votação e da totalização.

e) são admitidos para votar os delegados e fiscais dos partidos políticos, que atuarem perante a respectiva Mesa Receptora, ainda que seus nomes não constem da folha de votação.

94. O Fundo Especial de Assistência aos Partidos Políticos pode ser constituído por

- a) recursos financeiros destinados por resolução do Banco Central.
- b) doações de pessoas jurídicas.
- c) auxílios pecuniários provenientes de partidos políticos de países com os quais o Brasil mantenha tratado com cláusula de reciprocidade.
- d) contribuições de autarquias ou agências reguladoras
- e) bens cedidos para o uso de agremiações partidárias, por autoridades ou órgãos públicos.

95. Compete ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral proclamar

- a) eleito o Vice-Presidente.
- b) os resultados das eleições para Senador e seus suplentes.
- c) eleito o presidente da República, o Vice-Presidente com este registrado e os Senadores com os seus suplentes.
- d) os resultados das eleições gerais e oficiar aos Senado Federal e à Câmara dos Deputados.
- e) eleito o presidente da República e designar a data para expedição solene dos diplomas.

96. Os candidatos eleitos recebem diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado,

- a) em se tratando de Prefeitos de Capital.
- b) em se tratando de mandatos de vereador.
- c) quando a apuração for realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral, independentemente do cargo a que se candidataram.
- d) podendo exercer os mandatos, em toda sua plenitude, até decisão de recurso contra a diplomação, interposto junto ao Tribunal Superior Eleitoral.
- e) quando, em eleições municipais, houver impugnação relativa a erro de cálculo pendente de decisão.

97. O partido político está obrigado a apresentar à Justiça Eleitoral,

- a) durante os seis meses anteriores às eleições, balancetes bimensais.
- b) trimestralmente, balancetes identificando a origem e o valor das contribuições e doações recebidas.
- c) por seu Comitê Financeiro e seus candidatos, no encerramento da campanha eleitoral, prestação de contas, recolhendo à tesouraria do partido os saldos financeiros eventualmente apurados.
- d) semestralmente, prestação de contas no que concerne aos depósitos e à movimentação dos recursos oriundos do Fundo Partidário.
- e) anualmente, o balanço contábil enviado ao Tribunal Superior Eleitoral pelos Diretórios Nacional, Regionais e Municipais.

98. O descumprimento da lei eleitoral pode ser objeto de reclamação, cuja titularidade é atribuída a

- a) associações de classe.
- b) qualquer cidadão.
- c) filiados a partidos políticos.
- d) partido políticos e coligações.
- e) órgãos do Poder Público.

99. A propaganda político-partidária pode ser realizada por intermediário de rádio e de televisão, nos horários determinados pela Justiça Eleitoral, por via de

- a) blocos, em cadeia nacional ou estadual, no intervalo da programação normal das emissoras.
- b) formação de cadeias em âmbito nacional, semestralmente, para apresentar os novos pré-candidatos do partido.
- c) inserções de um minuto, realizadas mensalmente, entre as dez horas e as treze horas.
- d) apresentações, bimensais, da direção partidária, com a duração de uma hora, entre as dezoito horas e trinta minutos e as vinte horas.

e) aquisição de horário próprio, pela direção partidária, não podendo exceder o período de trinta minutos, semestralmente.

100. Interposto recurso de decisão proferida por Juiz eleitoral, poderá o recorrido

a) solicitar a exclusão da prova consubstanciada em perícias, processadas perante o Juiz Eleitoral da Zona.

b) oferecer razões, restando inviabilizada a juntada de novos documentos comprobatórios de suas alegações.

c) exigir sua intimação pessoal, caso não tenha havido publicação nos três dias seguintes ao da interposição do apelo.

d) requerer a inclusão do processo na pauta do Tribunal Regional Eleitoral, antes da abertura de vistas à Procuradoria Regional.

e) requerer a subida do recurso, na hipótese de o juiz reformar a sentença.

GABARITO OFICIAL Tipo 3

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	E	B	D	E	A	B	B	A	C	B	A	E	D	E	B	D	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	C	D	B	B	E	C	A	D	D	B	A	E	D	C	B	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	E	B	D	A	C	C	D	B	D	E	C	E	D	A	B	D	E	A	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	A	E	A	E	B	A	C	D	D	E	D	B	E	C	C	E	B	A	E
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
A	C	B	C	B	A	B	E	E	A	D	D	B	B	E	D	C	D	A	E